

10. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS - CONCURSO PÚBLICO - CPE.16.21.DMOSM:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação do projeto e abertura de concurso público, por lotes, para execução da empreitada "EU JÁ PASSO AQUI!", bem como aprovação de todas as propostas constantes da proposta de abertura de procedimento de formação de contrato que se anexa.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:
**Remeta-se à Sr.^a
Diretora.**

O Diretor do DOM,

**Remeta-se ao Sr.
Presidente.**

A Diretora da DMOSM,

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**ORGÃO CONTRATAR: PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE
FORMAÇÃO DE CONTRATOS – CONCURSO PÚBLICO:**
CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.16.21.DMOSM

Empreitada de "EU JÁ PASSO AQUI!"			
Vocabulário Principal, CPV	LOTE:	PREÇO BASE:	PRAZO MÁXIMO EXECUÇÃO:
45432110-8 Obras de pavimentação	LOTE 1	649.144,33€	150 dias
	LOTE 2	684.907,24€	150 dias
	LOTE 3	439.298,22€	150 dias
	LOTE 4	665.815,38€	150 dias
	LOTE 5	700.587,66€	150 dias
	LOTE 6	1.108.634,35€	180 dias

Entidade adjudicante: artigo 2.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Escolha do procedimento: artigo 19.º, n.º 1, alínea b), do CCP.

Decisão de contratar e autorização da despesa: artigo 36.º e artigo 38.º, ambos do CCP;

Tramitação Procedimental: artigos 130.º a 148.º, todos do CCP.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A NECESSIDADE DA OBRA:

O projeto “Eu Já Passo Aqui!” pretende afirmar-se no Município de Braga como uma ação de melhoria da qualidade de vida na cidade, iniciando um percurso assertivo de transformação que, assente nos conceitos de **EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA e SEGURANÇA**, irá dotar Braga de ótimas condições para a mobilidade pedonal.

Este projeto surge a partir de uma proposta em âmbito de Orçamento Participativo denominada “Eu Não Passo Aqui!”, que apelava à eliminação de barreiras arquitetónicas, para assegurar um espaço pedonal mais livre, confortável e inclusivo, isto é, preparado para que pessoas de mobilidade reduzida pudessem também percorrer o espaço público sem limitações. O Município de Braga pretende dar resposta positiva a esta necessidade, atuando extensivamente nos percursos pedonais para corresponder aos preceitos essenciais à mobilidade inclusiva e, assim, obter uma malha pedonal de excelência.

É importante ter em mente que a cidade de Braga tem uma propriedade muito particular que lhe confere até um carácter excecional na região: desenvolveu-se de forma centrípeta, aglomerando com densidade significativa equipamentos, serviços, habitações e atividades económicas, de tal forma que o modo pedonal é uma forma de deslocação na cidade com grande aceitação (cerca de 1 terço das deslocações, em 2011). A isto alia-se uma topografia que, na grande maioria dos casos, não oferece dificuldades e não se apresenta como obstáculo, bem como a sua identificação como “uma das cidades mais jovens da Europa”. Com isto, a cidade reúne diversas condições, ideais para a implementação deste projeto.

Por outro lado, o Município tem presente o foco atual do planeamento da mobilidade a nível internacional, cada vez mais premente, que assenta na inversão da pirâmide modal, ou seja, na promoção da preferência de modos suaves para as deslocações diárias em detrimento do automóvel. Assim, pretendem atingir-se metas de descarbonização, que são inevitáveis no cenário mundial atual.

Neste âmbito, as alterações que se propõem neste projeto terão um papel importante uma vez que beneficiarão de tal modo a pedonabilidade da cidade, que incitarão ao

aumento da utilização deste modo de deslocação que, pelas razões já expostas, tem um potencial muito grande de adesão.

O modo pedonal é, efetivamente, o modo mais limpo, saudável e abrangente. Note-se que todos os cidadãos são peões, mesmo os que o são em trajetos mais curtos. Contudo, a par da qualificação dos canais pedonais, serão ainda tomadas medidas diversas, quer neste mesmo projeto, quer em projetos complementares, que visarão promover a acalmia do tráfego automóvel, a humanização do espaço público, a diminuição do espaço dedicado ao automóvel, a priorização dos transportes públicos e a dotação de boas condições para o deslocamento em bicicleta.

As áreas de incidência desta proposta vêm fortemente associadas a estabelecimentos de ensino ou outros equipamentos geradores de grande fluxo, englobando ainda algumas áreas que fazem sentido considerar-se pela intenção de criação de uma malha coesa e contínua, bem como áreas que têm vindo a ser alvo de sugestões e exposições de muitos munícipes.

O projeto desenvolvido contempla intervenções a diversos níveis, tal como se descreve abaixo.

1. A transformação de uma quantidade significativa de travessias pedonais, tornando-as completamente acessíveis. Para tal, irão eliminar-se todos os rampeamentos não regulamentares, na sua maioria, através da elevação da faixa de rodagem ao nível dos passeios e, em alguns casos, corrigindo a pendente dos rampeamentos existentes. Além disso, serão colocados pavimentos podotáteis em todas as travessias abrangidas, obtendo um ambiente seguro e confortável para os cidadãos cegos. A definição dos podotáteis segue recomendações da ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal). Todas as travessias contempladas irão ainda ser dotadas de um sistema inteligente de iluminação que aumentará drasticamente a sua visibilidade, tornando-as mais seguras e confortáveis para todos os utilizadores da via pública. Este sistema consiste em retroiluminação, ou seja, integrando iluminação no próprio pavimento, que alertará para a existência de peões nas proximidades e em atravessamento. Será ainda contemplada nova iluminação superior eficaz, não apenas junto às travessias, mas genericamente em todas as áreas da intervenção.

2. Nas proximidades das travessias referidas serão alargados os passeios, quando tal se revela indispensável, e os pavimentos também serão reparados e, em muitos

casos, substituídos por pavimentos mais confortáveis e seguros para os peões e, portanto, lisos, com boa aderência e regulares. Os pavimentos foram escolhidos de acordo com o existente nas proximidades de cada local, oscilando entre o lajeado de granito, o pavê e a betonilha esquartelada.

3. Todos os elementos de mobiliário urbano, tais como contentores, ecopontos, suportes publicitários, bancos, guardas, marcos de correios, bocas-de-incêndio, entre outros, que representem hoje barreiras arquitetónicas, colocando em perigo os peões que utilizam os canais pedonais, sobretudo os cegos, serão relocados de modo a desobstruírem por completo os canais pedonais ou, no mínimo, de tal forma que os mesmos fiquem devidamente alinhados com lógica e coerência, deixando assim de constituir obstáculos imprevisíveis e garantindo percursos acessíveis, com largura livre regulamentar.

4. Em diversos casos, sempre que existe uma paragem de transportes públicos nas áreas a intervencionar, propõe-se um redesenho viário que permita criar bons espaços de paragem e com zonas de espera agradáveis e bem dimensionadas.

5. Em alguns casos, prevê-se criar zonas sobrelevadas com os pavimentos dos canais pedonais existentes nas imediações, dando origem a áreas em que se pretende que a prioridade seja sempre do peão, conferindo-lhes um ambiente confortável, de tráfego automóvel reduzido e com velocidades praticadas muito baixas (10km/h), tendendo assim para as já legalmente reconhecidas Zonas de Coexistência.

6. Em algumas vias, nomeadamente na Avenida António Palha, na Rua António de Mariz e na Rua Pascoal Fernandes, serão ainda contemplados canais cicláveis, obtidos através de uma diminuição da largura das faixas de rodagem, o que abona, por um lado, à acalmia do tráfego, por meio do estreitamento das vias de trânsito e, por outro, colabora na transformação do espaço público com vista ao incentivo do uso de modos suaves de deslocação.

7. Na intervenção proposta irá ainda ser utilizada a oportunidade para corrigir e melhorar alguns sistemas de drenagem de águas pluviais existentes, estando esta melhoria em sintonia na ideia da criação de um espaço público de excelência.

Assim, encontram-se reunidas as necessárias condições para a promoção do procedimento de formação dos contratos de empreitadas de obras públicas para **"EU JÁ PASSO AQUII"**, compreendendo **seis lotes**, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara.

O valor acumulado dos contratos de empreitada dos seis lotes, estima-se em **€4.248.387,18 (quatro milhões duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e sete euros e dezoito cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. Não dispondo a entidade adjudicante de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A contratação por lotes, nos termos do artigo 46º-A do CCP, fixando-se o preço base de cada empreitada nos seguintes termos:

- a) **Lote n.º 1** - o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€649.144,33 (seiscentos e quarenta e nove mil cento e quarenta e quatro euros e trinta e três cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- b) **Lote n.º 2** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€684.907,24 (seiscentos e oitenta e quatro mil novecentos e sete euros e vinte e quatro cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- c) **Lote n.º 3** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€439.298,22 (quatrocentos e trinta e nove mil duzentos e noventa e oito euros e vinte e dois cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela

execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- d) **Lote n.º 4** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€665.815,38 (seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e quinze euros e trinta e oito cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- e) **Lote n.º 5** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€700.587,66 (setecentos mil quinhentos e oitenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- f) **Lote n.º 6** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€1.108.634,35 (um milhão cento e oito mil seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com as devidas adaptações e ajustes às atuais circunstâncias de mercado.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Minuta do anúncio;
- ii. Programa do procedimento;
- iii. Caderno de encargos;
- iv. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de

execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **20 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro suplente: Manuel Dantas.

5. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à Sr.ª Eng.ª a desempenhar funções na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

6. Adjudicação da empreitada

A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade ***avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar***.

7. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 60399 de 26/05/2021.

Nestes termos, **propõe-se:**

- a) **Que se decida contratar o procedimento por lotes designado “EU JÁ PASSO AQUI!” com vista à formação dos contratos de empreitadas de obras públicas referentes aos Lote 1, 2, 3, 4, 5 e 6, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos e em conformidade com o supra prescrito, tudo se submetendo a aprovação superior.**

26 de maio de 2021

DMOSM-DOM,

EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA**PARTE A - PROGRAMA DO CONCURSO****Concurso Público por Lotes: CPE.16.18.DMOSM****Contratação: empreitada de "EU JÁ PASSO AQUI!"**

I - Disposições Gerais	5
Artigo 1.º	5
(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)	5
Artigo 2.º	5
(Decisão de contratar)	5
Artigo 3.º	5
(Tipo de procedimento)	5
Artigo 4.º	6
(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)	6
Artigo 5.º	6
(Objeto do concurso)	6
II – Concorrentes	7
Artigo 6.º	7
(Modalidade jurídica de associação de empresas)	7
Artigo 7.º	7
(Associação em caso de adjudicação)	7
III – Elaboração de propostas	7
Artigo 8.º	7
(Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso)	7
Artigo 9.º	8
(Esclarecimentos oficiais)	8
Artigo 10.º	8
(Inspeção do local dos trabalhos)	8
Artigo 11.º	8
(Parâmetros base e aspetos vinculativos)	8
Artigo 12.º	10
(Documentos que constituem as propostas)	10
Artigo 13.º	11
(Idioma dos documentos da proposta)	11

Artigo 14.º	11
(Proposta variante)	11
IV – Apresentação das propostas.....	12
Artigo 15.º	12
(Prazo de apresentação das propostas)	12
Artigo 16.º	12
(Modo de apresentação das propostas)	12
V – Análise e avaliação das propostas	13
Artigo 17.º	13
(Esclarecimentos sobre as propostas).....	13
Artigo 18.º	13
(Suprimento da proposta).....	13
Artigo 19.º	13
(Critério de adjudicação)	13
Artigo 20.º	14
(Preço anormalmente baixo)	14
Artigo 21.º	14
(Negociação)	14
Artigo 22.º	14
(Audiência prévia e adjudicação)	14
VI – Habilitação e caução.....	14
Artigo 23.º	14
(Requisitos).....	14
Artigo 24.º	15
(Documentos de habilitação)	15
Artigo 25.º	16
(Caução).....	16
VII – Disposições Finais.....	16
Artigo 26.º	16
(Comunicações).....	16
Artigo 27.º	16

(Despesas e encargos)	16
Artigo 28.º	17
(Legislação aplicável)	17
Artigo 29.º	17
(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)	17
ANEXO I	17
ANEXO II	20
ANEXO III	21
ANEXO IV	22
ANEXO V	23

PROGRAMA DO CONCURSO**Concurso Público: CPE.16.21.DMOSM****I - Disposições Gerais****Artigo 1.º****(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)**

1.- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar no âmbito do concurso público para a formação dos contratos de empreitada de obras públicas que têm por objeto a **"EU JÁ PASSO AQUII"**.

2.- A presente contratação é promovida pela Câmara Municipal de Braga, abreviadamente designada por CMB, que se assume como entidade adjudicante.

3.- A entidade adjudicante tem sede na Praça Municipal, 4700 – 435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: +351253203150;
- b) Telefax: +253217239;
- c) Endereços eletrónico: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt
- d) Plataforma eletrónica: www.anogov.com

Artigo 2.º**(Decisão de contratar)**

A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*, foi tomada pela Câmara Municipal de Braga.

Artigo 3.º**(Tipo de procedimento)**

1.- A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 20.º do *Código dos Contratos Públicos*, sem publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 4.º**(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)**

1.- O programa do procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página da plataforma eletrónica www.anogov.com e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, desde o dia da abertura do procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 5.º**(Objeto do concurso)**

1.- O concurso tem por objeto a escolha dos cocontratantes da entidade adjudicante para a formação de **seis** contratos de empreitada autónomos (lotes), nos termos do disposto do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, que se identificam:

- a) **Lote n.º 1**
- b) **Lote n.º 2**
- c) **Lote n.º 3**
- d) **Lote n.º 4**
- e) **Lote n.º 5**
- f) **Lote n.º 6**

2.- A cada um dos lotes identificados no número anterior corresponderá um contrato de empreitada cuja execução se conformará com o respetivo projeto de execução, nos termos do disposto no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, projetos de execução esses que se encontram individualizados e com as cláusulas compreendidas no presente caderno de encargos em tudo o que lhe for aplicável.

3.- Os concorrentes poderão apresentar proposta a apenas a um lote, a dois lotes ou a todos os lotes, individualizando e autonomizando sempre as respetivas propostas.

4. – O número máximo de lotes a adjudicar a cada concorrente são dois lotes, caso haja uma empresa que fique em primeiro lugar em mais de dois lotes, desses lotes serão selecionados dois por sorteio, sendo esses os lotes a adjudicar à respetiva empresa. O sorteio será efetuado na presença

do representante da empresa adjudicatária e os membros do júri, sendo a data e hora marcada para o efeito, por notificação. Os restantes lotes que não foram selecionados serão adjudicados ao respetivo concorrente ordenado em 2.º lugar.

II – Concorrentes

Artigo 6.º

(Modalidade jurídica de associação de empresas)

1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente regulamento.

2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 7.º

(Associação em caso de adjudicação)

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

III – Elaboração de propostas

Artigo 8.º

(Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso)

1.- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica www.anogov.com, à entidade adjudicante, até às **18h00 do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

2.- Até à data limite referida no número anterior, deve o convidado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

3.- Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo convidado será disponibilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, até ao termo **do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

4.- A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

Artigo 9.º

(Esclarecimentos officiosos)

A entidade adjudicante poderá, officiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e efetuar retificações de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 10.º

(Inspeção do local dos trabalhos)

1.- Até à data limite para a apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar o local e nele efetuar todos os reconhecimentos e testes que entendam necessários à elaboração da sua proposta, tendo em consideração que o adjudicatário não poderá invocar o desconhecimento das condições do local, nomeadamente físicas e/ou estruturais, para se exonerar das suas responsabilidades.

2.- As inspeções e os testes são da exclusiva conta e risco dos interessados, competindo-lhes obter todas as autorizações ou licenças necessárias, bem como suportar todos os custos, indemnizações ou outros encargos daí eventualmente resultantes.

3.- Os elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, nomeadamente com as peças de concurso, são-no a título meramente indicativo e auxiliar, não sendo aquela entidade, de forma alguma, responsável pelas informações aí contidas, nomeadamente as respeitantes às condições locais.

Artigo 11.º

(Parâmetros base e aspetos vinculativos)

- a) **Lote n.º 1** - o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€649.144,33 (seiscentos e quarenta e nove mil cento e quarenta e quatro euros e trinta e três cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- b) **Lote n.º 2** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€684.907,24 (seiscentos e oitenta e quatro mil novecentos e sete euros e vinte e quatro cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- c) **Lote n.º 3** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€439.298,22 (quatrocentos e trinta e nove mil duzentos e noventa e oito euros e vinte e dois cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- d) **Lote n.º 4** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€665.815,38 (seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e quinze euros e trinta e oito cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- e) **Lote n.º 5** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€700.587,66 (setecentos mil quinhentos e oitenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.
- f) **Lote n.º 6** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€1.108.634,35 (um milhão cento e oito mil seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as

prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

2.- Os prazos de execução para cada lote são os apresentados no quadro seguinte, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelos concorrentes.

LOTE:	PRAZO MÁXIMO EXECUÇÃO:
LOTE 1	150 dias
LOTE 2	150 dias
LOTE 3	150 dias
LOTE 4	150 dias
LOTE 5	150 dias
LOTE 6	180 dias

3.- A violação dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 12.º

(Documentos que constituem as propostas)

1.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no *Código dos Contratos Públicos*, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo I** ao presente regulamento;
- Declaração de intenção de associação jurídica**, no caso previsto no artigo 5.º deste programa, conforme o modelo constante do **Anexo III**;
- Declaração** contendo a indicação do preço e do prazo para a conclusão dos trabalhos;
- Lista dos preços unitários da obra** todas as espécies de trabalho e quantidades previstas no projeto de execução, de acordo com o mapa de quantidades patenteado no concurso, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;

- e) **Indicação dos preços parciais** propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se o disposto no n.º 5 desse mesmo normativo se for o caso;
- f) **Programa de trabalhos**, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas, a especificação dos meios e a definição do correspondente plano de pagamentos;
- g) **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos.

2.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3.- Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

Artigo 13.º

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto nos documentos referentes a catálogos, especificações técnicas, esquemas, gráficos, homologações e certificados de qualidade relativos apenas e somente a materiais e equipamentos propostos, os quais também podem ser redigidos em língua estrangeira, devendo neste caso ser redigidos em Espanhol, Francês ou Inglês.

Artigo 14.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do *Código dos Contratos Públicos*, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha(m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV – Apresentação das propostas**Artigo 15.º****(Prazo de apresentação das propostas)**

1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 11.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às **18H00 do 20º dia** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

2.- Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 16.º**(Modo de apresentação das propostas)**

1.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.

2.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa do procedimento (contratacao.empreitadas@cm-braga.pt).

3.- O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

4.- A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.

5.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos* e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta.

6.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

7.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem

proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita no n.º 6 do presente normativo.

9.- A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 8.º deste programa do procedimento determina a exclusão da proposta.

V – Análise e avaliação das propostas

Artigo 17.º

(Esclarecimentos sobre as propostas)

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

Artigo 18.º

(Suprimento da proposta)

1.- O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidas nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

2.- O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

Artigo 19.º

(Critério de adjudicação)

1.- A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:

a) avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2.- Em caso de empate das propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

3.- A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

Artigo 20.º

(Preço anormalmente baixo)

O preço total resultante das propostas será anormalmente baixo quando seja inferior a 40% do preço base, considerando que abaixo desse valor não se asseguraria a execução da empreitada nas condições exigidas pelo caderno de encargos, tendo em conta os preços unitários de artigos idênticos, apresentados no âmbito de outros procedimentos.

Artigo 21.º

(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 22.º

(Audiência prévia e adjudicação)

- 1.- As decisões de adjudicação dos diferentes lotes poderão não ser simultâneas.
- 2.- Cada decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos respetivos concorrentes.
- 3.- Os concorrentes têm cinco dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.
- 4.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

VI – Habilitação e caução

Artigo 23.º

(Requisitos)

São requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações seguintes, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho:

- i. A 1ª Subcategoria (Vias de circulação rodoviária e aeródromos) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas) em classe correspondente ao valor da proposta;
 - ii. A 8ª Subcategoria (Calcetamentos) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas) em classe correspondente ao valor dos trabalhos a que respeitam;
 - iii. A 11ª Subcategoria (Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança) da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas) em classe correspondente ao valor dos trabalhos a que respeitam.
 - iv. A 1ª subcategoria (Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 KVA) da 4.ª categoria (Instalações elétricas e mecânicas), na classe correspondente à parte dos respetivos trabalhos, na classe correspondente ao valor global da proposta.
- b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 24.º

(Documentos de habilitação)

1.- O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento, dele fazendo parte integrante;
- b) Certidão permanente ou código de acesso à mesma referente à pessoa jurídica do concorrente, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos;
- c) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Alvará ou título de registo pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.

2.- Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

3.- Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 6.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

3.- Fixa-se em dois dias de calendário o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 25.º

(Caução)

1.- O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.

3.- Se o preço contratual vier a ser fixado em montante inferior a € 200.000,00, a entidade adjudicante poderá não exigir ao adjudicatário a prestação de caução, caso em que a se procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar a título de garantia do perfeito e tempestivo cumprimento do contrato.

4.- Os termos para a prestação da caução constam dos anexos ao caderno de encargos.

VII – Disposições Finais

Artigo 26.º

(Comunicações)

1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do contrato, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 27.º

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 28.º**(Legislação aplicável)**

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação aplicável.

Artigo 29.º**(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)**

1.- Os contratos cujo montante não exceda os 750.000,00€ ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas e entrarão em vigor, na data da sua assinatura.

2.- Os contratos cujo montante seja igual ou superior a 750.000,00€ entrará em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa.

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO****[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]**

1.- (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Público.

2.- O declarante junta em anexo (ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁷) os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local),.....(data),.....[assinatura⁸].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA****[a que se refere o n.º 1 do artigo 5º do programa de concurso]**

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de² (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao³, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1.- Caso lhes venha a ser adjudicada a empreitada, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

³ Identificação do procedimento

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV

(a que se refere o artigo 24.º do Programa do Concurso)

Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

€ _____, ____

Vai _____ (*Identificação completa do adjudicatário*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) _____ da _____ (*instituição bancária*) _____ a quantia de _____ (*extenso*) _____ em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do _____ (*identificar o procedimento*) _____, relativo à adjudicação correspondente a _____ (2) _____, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

_____, ____/____/____

Assinatura(s) _____.

(1) Eliminar o que não interessar.

(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).

ANEXO V

(a que se refere o artigo 24.º do Programa do Concurso)

**Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das
obrigações do adjudicatário**

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Garantia Bancária n.º ____ ou Seguro-caução – Apólice n.º ____

Em nome e a pedido de ____ (*Identificação completa do adjudicatário*) __, vem o(a) ____ (*Identificação completa da instituição garante*) __, pelo presente documento, prestar, a favor de ____ (*Identificação completa da entidade beneficiária*) __, uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de €____, ____ (*extenso*) __, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ____ (*identificar o procedimento*) __, relativo à adjudicação correspondente a ____ (2) __, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs ____ (3) __ do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde ____% (4) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

____, ____/____/____

Assinatura(s) _____

Página 23 de 24

-
- (1) Eliminar o que não interessar.
- (2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).
- (3) Tratando-se de "garantia bancária", devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do artigo 90.º);
Tratando-se de "seguro-caução", devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do artigo 90.º).
- (4) O valor da caução será de 5% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com "preço anormalmente baixo", situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – Vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º.
- (5) Eliminar o que não interessar.